Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

Primeira Câmara

ACÓRDÃO - AC01 - 285/2022

PROCESSO TC/MS	**:** TC/13627/2016
PROTOCOLO	**:** 1701528
TIPO DE PROCESSO	**:** NOTA DE EMPENHO
ÓRGÃO	**:** PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ
JURISDICIONADO	**:** LUDIMAR GODOY NOVAIS
INTERESSADO	**:** ÁGUIA BRANCA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA EPP
VALOR	**:** R$ 143.360,00
RELATOR	**:** CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

EMENTA: CONTRATAÇÃO PÚBLICA – NOTA DE EMPENHO – AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR – FORMALIZAÇÃO E TEOR – ATOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO – ATENDIMENTO AS EXIGÊNCIAS LEGAIS – AUSÊNCIA DE ANULAÇÃO DE EMPENHO – AUSÊNCIA DE PREJUÍZO – REGULARIDADE – RECOMENDAÇÃO.

É declarada a regularidade da formalização e do teor da nota de empenho e dos atos de execução do objeto contratado que realizados em consonância com as disposições legais aplicáveis à matéria, sem prejuízo da ausência de anulação de empenho, que não maculou os demais atos, sendo suficiente a recomendação ao jurisdicionado para que observe com rigor as diretrizes da legislação financeira para a realização de despesas públicas.

ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 15ª Sessão Ordinária Virtual da Primeira Câmara, realizada de 13 a 15 de junho de 2022, ACORDAM os Senhores Conselheiros, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, lido pelo Conselheiro-Substituto Celio Lima de Oliveira, nos termos do Art. 83, inc. III, “b”, do Regimento Interno do TCE-MS, pela **regularidade** da formalização e do teor da Nota de Empenho n. 439/2016 emitida pelo **Município de Ponta Porã** em favor da empresa **Águia Branca Distribuidora de Produtos Ltda. EPP**, e dos atos de **execução do objeto contratado**, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160, de 2 de janeiro de 2012, c/c o art. 121, II e III, do RITC/MS, constando como responsável e ordenador de despesas o Sr. **Ludimar Godoy Novais**, prefeito municipal, à época; e pela **recomendação** ao jurisdicionado para que observe com rigor as diretrizes da legislação financeira para a realização de despesas públicas, especialmente da Lei n. 4.320/64.

Campo Grande, 15 de junho de 2022.

Conselheiro **Osmar Domingues Jeronymo** – Relator

RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo – Relator

Trata-se do exame da regularidade da formalização e do teor da Nota de Empenho n. 439/2016 (2ª fase), emitida pelo Município de Ponta Porã/MS em favor da empresa Águia Branca Distribuidora de Produtos Ltda. EPP, e dos atos de execução do objeto contratado (3ª fase), nos termos do art. 121, II e III, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro 2018, constando como ordenador de despesas o Sr. Ludimar Godoy Novais, prefeito municipal, à época.

A presente contratação é decorrente da adesão à Ata de Registro de Preços n. 4/2016, oriunda do procedimento licitatório de Pregão Presencial n. 4/2016, de acordo com o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei n. 8.666/93, já examinados no Processo TC/MS n. 8398/2016 e julgados como regulares por este Tribunal de Contas via Acórdão AC02 - 1708/2018.

O objeto da contratação é a aquisição de merenda escolar para atender as necessidades dos alunos durante o ano letivo de 2016, registrado junto à contratada, no valor de R$ 460.800,00 (quatrocentos e sessenta mil e oitocentos reais).

Os técnicos da Divisão de Fiscalização de Gestão de Educação (DFE) examinaram os documentos comprobatórios que instruem o processo e, na Análise ANA – DFE - 10291/2021, concluíram que a formalização da nota de empenho e a sua execução financeira se encontram em conformidade com a legislação e regulamentos disciplinadores das contratações públicas.

No mesmo sentido, a 3ª Procuradoria de Contas (3ª PRC) emitiu seu Parecer PAR - 3ª PRC - 2339/2022, opinando pela regularidade da formalização do empenho e da execução financeira em apreço.

VOTO

O Exmo. Sr. Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo – Relator

Analisadas as peças que instruem os autos, observa-se o encaminhamento dos documentos comprobatórios, necessários à prestação de contas, exigidos pelas Leis n. 8.666/93 e n. 4.320/64, e nas demais condições estipuladas na Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011, vigente à época.

O instrumento que formalizou a contratação foi a nota de empenho, de acordo com o art. 62 da Lei n. 8.666/93, e o seu teor atende as condições para sua execução.

A execução financeira foi comprovada e demonstrou a liquidação da despesa por meio do empenho, da anulação de empenho, das notas fiscais e das ordens de pagamento, como abaixo resumida:

Valor registrado no item 17 da Ata R$ 460.800,00

Valor Empenhado (NE) R$ 143.360,00

Despesa Liquidada (NF) R$ 139.784,60

Pagamento Efetuado (OB/OP) R$ 139.784,60

Observa-se a ausência de anulação de empenho no valor de R$ 3.575,40 (três mil, quinhentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos), mas entendo tratar-se de erro de ordem formal e que não macula os demais atos de execução do objeto contratado.

Assim, conclui-se que os procedimentos adotados pelo ordenador de despesas na condução da contratação foram regulares, merecendo receber a chancela deste Colendo Tribunal, sem prejuízo da ausência de anulação de empenho, sendo suficiente a recomendação ao jurisdicionado para que observe com rigor as diretrizes da legislação financeira para a realização de despesas públicas.

DISPOSITIVO

Por tudo que dos autos consta, acolhendo a manifestação dos técnicos da DFE e o parecer ministerial, nos termos do art. 4º, III, “b”, do RITC/MS, **VOTO**:

1. pela **regularidade** da formalização e do teor da Nota de Empenho n. 439/2016 emitida pelo Município de Ponta Porã/MS em favor da empresa Águia Branca Distribuidora de Produtos Ltda EPP, e dos atos de execução do objeto contratado, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160, de 2 de janeiro de 2012, c/c o art. 121, II e III, do RITC/MS, constando como responsável e ordenador de despesas o Sr. Ludimar Godoy Novais, prefeito municipal, à época;

2. pela **recomendação** ao jurisdicionado para que observe com rigor as diretrizes da legislação financeira para a realização de despesas públicas, especialmente da Lei n. 4.320/64;

3. pela **intimação** do resultado do presente julgamento aos interessados, observado o disposto no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 99 do referido RITC/MS.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi unânime, firmada nos termos do voto do Relator, pela regularidade da formalização e do teor da nota de empenho e dos atos de execução e pela recomendação ao Ordenador de Despesas.

Presidência do Exmo. Sr. Conselheiro Flávio Kayatt.

Relator, o Exmo. Sr. Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo, substituído em sessão pelo Exmo. Sr. Conselheiro-Substituto Celio Lima de Oliveira, nos termos do Art. 83, inc. III, “b”, do Regimento Interno do TCE-MS.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Conselheiros Jerson Domingos e Flávio Kayatt.

Presente, o Exmo. Sr. Procurador do Ministério Público de Contas, João Antônio de Oliveira Martins Júnior.

Campo Grande, 15 de junho de 2022.

Conselheiro **OSMAR DOMINGUES JERONYMO**

Relator

CCM/ARN/MSS/dssm